



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

Local: Rua Cuiabá, 48, Jd Portuguesa - Igreja Nova Aliança

Data: 10/05/2018

Horário: 8h30m

1 Aos dez dias do mês de maio de 2018 realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos
2 da Criança e do Adolescente na sala reunião na Igreja Nova Aliança. A Presidente Rejane inicia a
3 reunião dando boas-vindas. Em seguida apresenta as justificativas de ausência: Joed Crespo, Edemar
4 Marandola e Gisele Albiero. Na sequência propõe a aprovação da pauta: **1. Aprovação de Ata da**
5 **reunião do 12/04/2018. 2. Apresentação do Relatório de Gestão das Políticas de Atendimento ao**
6 **Princípio da Prioridade Absoluta dos Direitos da Criança e do Adolescente – 1º Quadrimestre de**
7 **2018. 3. Reunião Descentralizada CEDCA. 4. Relato das Comissões. 5. Informes.** A pauta foi aprovada.
8 **1.Aprovação da Ata da Reunião Ordinária de 12/04/2018;** Ata foi aprovada pela plenária tendo 01
9 abstenção. **2. Apresentação do Relatório de Gestão das Políticas de Atendimento ao Princípio da**
10 **Prioridade Absoluta dos Direitos da Criança e do Adolescente – 1º Quadrimestre de 2018;** Luis
11 Mangili da Secretaria Executiva faz o relato do proposto pela plenária na reunião de apresentação do
12 último quadrimestre de 2017, conforme Resolução nº 03/2018 – CMDCA: com os seguintes requisitos;
13 a) Único instrumento com informações quantitativas e qualitativas; b) Apresentação do relatório com
14 antecedência mínima de 02 (duas) reuniões ordinárias à data da Audiência Pública; c) Protocolo do
15 relatório juntamente com o Parecer da Controladoria Geral do Município. Para apresentação do
16 relatório no CMDCA, Amanda Boza Gonçalves Carvalho da DGMAS aponta que a solicitação para que o
17 relatório seja apresentado com 02(duas) reuniões de antecedência não é possível, pois o quadrimestre
18 não estaria fechado, e quanto ao parecer da controladoria o Danilo irá fazer esclarecimentos. Amanda
19 inicia a apresentação do relatório, dizendo que o modelo apresentado anteriormente não contribuiu
20 para o entendimento deste Conselho. Amanda apresenta a pesquisa realizada nos Municípios de
21 Curitiba, Cascavel, Maringá sobre a construção do relatório, que apontou que Londrina está mais
22 avançada na forma de apresentação do relatório. Amanda apresenta o formulário utilizado para coleta
23 dos dados da nova metodologia para as políticas públicas vinculadas ao Orçamento Criança. Com essa
24 nova etapa, este formulário deve dialogar com os planos decenais do Município. Informa que este
25 formulário pode ser melhorado, como o detalhamento da parte qualitativa, porém a construção deste
26 relatório é um grande desafio pelo prazo para sua elaboração. Magali questiona se o relatório está
27 baseado no plano decenal de cada pasta. Amanda relata que o PPA e o Plano Decenal precisam ser
28 melhor detalhados no relatório e que solicitou uma reunião com a mesa diretora do CMDCA para
29 melhorar essa análise. Josiani aponta que o Comitê Interinstitucional do Plano Decenal irá fazer o
30 alinhamento destas informações para corroborar com o relatório do quadrimestre do Orçamento
31 Criança. Danilo da controladoria aponta que a lei federal institui que o PPA deve conter as ações
32 previstas no Planos Decenais. Danilo apresenta o quadro de aplicação do orçamento criança e que o
33 índice de gasto está pouco menor, porém teve aumento de 35% de gastos com criança e adolescente.
34 Apresenta que a Educação teve um aporte orçamentário, e que 99% do seu gasto é com crianças e
35 adolescentes. Na Assistência social, 65% do seu orçamento é destinado a criança e adolescente.
36 Amanda retoma a fala informando que dados qualitativos e quantitativos serão apresentados por
37 órgão e o material está bem extenso, a plenária opta em fazer apresentação de todo material. Na
38 sequência é apresentado os gastos da Secretaria de Obras, que foi questionado pela conselheira
39 direito Adriana sobre o que seria estes gastos. Danilo informa que referente a legalização de
40 assentamentos, parques públicos, entre outros. Segue a apresentação da Secretaria Municipal de
41 Cultura. Caio, Secretário do Cultura, inicia sua fala destacando a importância deste novo formato de
42 relatório e que muitas as ações propostas pela cultura, 45% são vinculados a criança e adolescente. O
43 conselheiro de direito Claudio, pergunta para o secretário qual o número de crianças e adolescentes
44 estão inseridos nas ações da cultura. Caio informa que com a lei 13.019/14, traz controle das parcerias



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

45 e se dispõe a apresentar estas informações neste Conselho. Relata que a necessidade da cultura
 46 conseguir acessar os recursos do FMDCA para implementar novas ações e que cultura tem apenas 1%
 47 do total do Orçamento do Município. O Secretário Caio fala que transparência de dados é um desafio
 48 da administração pública. Relata que a metodologia por atendimento na cultura tem padrões
 49 diferentes que precisam ser mensurados de forma clara. A Conselheira de direito Ana Maria questiona
 50 o Secretário quanto a importância deste levantamento apontar os projetos realizados para que o
 51 CMDCA tenha clareza para a criação de linhas de ações custeados pelo CMDCA. O Secretário relata que
 52 projetos do PROMIC sua maioria são realizados por organizações da sociedade civil. O Secretário
 53 agradece o apoio do Danilo da Controladoria para questões que necessitam de apoio técnico. Caio
 54 aponta que o contingenciamento dos recursos do município, impactou no orçamento da cultura.
 55 Porém algumas ações de construção permanecem em andamento. Caio informa a realização de um
 56 sistema de informações da cultura através de contato com Fortaleza e Curitiba, para subsidiar a
 57 construção destes materiais. E que recursos do PROMIC ainda não foram executados. Amanda retoma
 58 a fala, apresenta os valores executados pela Secretaria de Assistência Social com: Conselhos tutelares e
 59 para manutenção dos serviços CRAS e CREAS, compra de carros, materiais de custeio e consumo,
 60 aumento dos benefícios sociais e a gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente-
 61 FMDCA. A Secretária de Assistência social Nádia Moura aponta a demanda do Conselho Tutelar Oeste,
 62 que a Secretaria está realizando a reforma de imóvel do Município na região oeste para atender à
 63 solicitação do CMDCA e do Ministério Público para o referido Conselho dentro do território. Nádia
 64 informa que a obra prevista para a sede da Secretaria Assistência Social está em fase final dos projetos
 65 complementares e que atenderá futuramente a equipe da transferência de renda, conselhos
 66 municipais e demais serviços assistenciais e que será uma economia para a pasta o valor atualmente
 67 gastos como pagamento de aluguel. Em seguida, Amanda apresenta a Secretaria de Políticas para
 68 mulheres. A representante da Secretaria da Mulher, Elaine, aponta que 30% do orçamento criança está
 69 vinculada à criança e adolescente, mas que diretamente estas crianças e adolescentes são atendidas
 70 pelo Canto de Dália e Casa abrigo. E que estão em atendimento, neste trimestre, 15 crianças. No Plano
 71 Decenal da Políticas para mulheres as ações estão voltadas para a saúde e campanhas educativas
 72 realizadas nos territórios. Magali relata que é incoerente o valor para ações tão pequeno para uma
 73 política que realmente atua com crianças e adolescentes e que valor destinado ao PROCON e
 74 CAAPSMML que não se sabe qual ações realmente é executado. Maria Ângela informa que em parceria
 75 com a defensoria estão realizando um curso para mulheres com uso de tornozeleiras eletrônicas e em
 76 prisão preventiva para o acesso ao mercado de trabalho e que estas ações não estão mensuradas no
 77 plano decenal de política para as mulheres. E que a Secretaria de Políticas para as Mulheres trabalha
 78 com muitas parcerias. Elaine relata que não existe um fundo da política para mulheres e que a
 79 secretaria busca recursos estaduais para implementar seus trabalhos. Nádia relata a necessidade de o
 80 relatório trazer mais detalhamento das ações realizadas. Em seguida Amanda apresenta os gastos da
 81 Secretaria de Saúde informando que os recursos são para manutenção dos serviços, reformas de
 82 unidades de atendimento da saúde, dos referidos fundos afetos a saúde, dos serviços de vigilância
 83 sanitária, vigilância ambiental e epidemiológica e REMAD (drogas). Luis da Secretaria executiva do
 84 CMDCA solicita informações quanto aos gastos com a subvenção de políticas antidrogas é para
 85 comunidades terapêuticas. A representante da Secretaria Municipal de Saúde, Daniela, informa que
 86 teria que solicitar maiores esclarecimentos para equipe responsável. Josiani pergunta se as reformas
 87 são para questão do CAPS para criança e adolescente, Daniela informa que teria que verificar no Plano
 88 Decenal da saúde. Na sequência, Amanda, apresenta as ações da Secretaria de Esporte. Conselheiro
 89 direito Claudio aponta que a apresentação do relatório, está muito boa e que é preciso enaltecer o
 90 trabalho realizado para a nova forma de apresentação. Josiani aponta que a presença das demais
 91 secretarias corrobora muito para clareza das informações. Caio da Secretaria de Cultura aponta que a

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

92 questão de insuficiência de servidores afeta a participação nos conselhos e que onera muito os
93 servidores, mas que tem feito esforços para que seus servidores permaneçam a disposição. A
94 conselheira direito Ana Maria retoma a apresentação do esporte, solicitando que seja apresentado
95 neste Conselho os projetos aprovados para subsidiar as ações nas atividades do esporte para criança e
96 adolescentes. Danilo, da Controladoria Geral do Município, antes da apresentação sobre gastos da
97 CAAPSMML informa que os recursos destinados a crianças e adolescentes é fixo e que são coparcipativos
98 e que devido a proposta da ABRINQ consta no Orçamento criança. Luis questiona se a metodologia da
99 ABRINQ, trata-se de gastos com política pública, e que a dúvida é se este recurso destinado à
100 CAAPSMML é um recurso destinado pelos servidores e não com recursos do município. Danilo aponta
101 que a metodologia da ABRINQ deve ser questionada, pois retrata o orçamento gasto pelo município
102 com criança e adolescente. Amanda relata que Secretaria do Trabalho não compõe o Orçamento
103 Criança. Amanda finaliza sua fala indicando que para o próximo trabalho serão apresentados os dados
104 das crianças e adolescentes atendidos e do diálogo do Orçamento da criança com os planos decenais
105 das políticas públicas afetas ao orçamento criança. A conselheira de direito Rosana Amarilha relata que
106 o recurso da CAAPSMML é orçamento público. Luis relata que o plano de saúde da CAAPSMML, mesmo
107 que público, também é custeado pelos servidores. O conselheiro de direito Fabio relata que orçamento
108 apresentado pelo município e questiona se os valores destinados e não gastos podem ser retirados do
109 orçamento e se percentuais podem ser alterados? E qual o trabalho o CMDCA pode realizar para
110 garantir o recurso? E que gera muito incomodo o valor destinado ao PROCON e previsto em lei e que o
111 valor destinado entendemos ser muito indireto. Danilo da controladoria aponta que 688 milhões de
112 reais são gastos por ano e que as alterações só podem ser feitas por leis, e que na sua trajetória
113 profissional, tem acompanhado que os valores dos recursos têm aumentado. E que muitos valores não
114 foram gastos devido a questões licitatórias e que este Conselho pode acompanhar estas ações. Fábio
115 aponta que na Educação tem muitas questões na execução dos recursos que não ficam claras. Josiani
116 aponta que estes questionamentos devem ser provocados pelo CMDCA. Danilo informa a fiscalização
117 dos gastos também é de responsabilidade do CMDCA. E retoma a slide do orçamento do Procon
118 alocado na pasta do Governo e que assim como CAAPSMML, 30% dos gastos desta secretaria são para
119 crianças e adolescentes. A conselheira de direito Tatiane, relata que compete a este Conselho e
120 solicitar maiores informações quanto aos gastos e de a ações educativas e parcerias para o
121 atendimento de criança e adolescentes e que seja apresentada neste Conselho pelo PROCON E
122 CAAPSMML as ações realizadas com crianças e adolescentes. Com final da apresentação e debates.
123 Rejane abre para plenária para aprovação do relatório do 1º quadrimestre de 2018, que foi aprovada
124 por unanimidade. Amanda finaliza dizendo que este Conselho busca aprimoramento e que isto é
125 vanguarda para demais municípios. **3.Reunião descentralizada do CEDCA;** A proposta apresentada
126 pela SEDS é de realização da reunião descentralizada em Londrina que aconteceria em dois dias com as
127 seguintes estruturas mínimas: a) Primeiro dia: necessidade de 04 (quatro) salas com Notebook, para
128 10 pessoas aproximadamente em cada sala; b) Segundo dia – plenária: Mesa de Reunião para 30
129 (trinta) pessoas e aproximadamente 70 (setenta) lugares para os Municípios pertencentes à Regional
130 de Londrina. Porém não há data definida. Rejane apresenta a logística exigida. O conselheiro de direito
131 Claudio informa que já realizou reunião por vídeo na SEDS e se esta era a proposta. Luis da Secretaria
132 executiva fala que precisamos deliberar se temos interesse para receber a reunião descentralizada.
133 Nadia informa a importância de realização em Londrina da reunião, e que temos que fazer a
134 proposição e que irá fazer contatos com equipe do CEDCA enquanto Secretaria de Assistência Social. O
135 conselheiro de direito Fábio informa que a data da reunião deve ser feita fora do calendário das pré-
136 conferências. Rejane traz como proposta definir o mês de Junho para a data a ser definida pelo CEDCA,
137 e como indicativo seria os seguintes locais Guarda Mirim e Nova Aliança, e que CMDCA irá se adequar
138 para que acontece no dia de reunião ordinária deste Conselho. O conselheiro de direito Claudio relata

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

139 que poderiam participar as crianças e adolescentes nesta reunião ampliada. Nádia informa que os
140 conselhos estaduais neste ano estão realizando ações descentralizadas. **4.Relato das Comissões;** a)
141 Comissão de fundo: Conselheira direito Adriana, relata que reuniões na quinta-feira e com colaboração
142 de conselheiros e apoio técnico da SMAS, e que o desafio desta comissão é a criação de plano de ação
143 do CMDCA. Solicita a deliberação da plenária para a inclusão da conselheira direito governamental Ana
144 Maria do Nascimento e do conselheiro direito não governamental Cláudio Márcio de Melo conselheiro
145 não governamental na comissão, foi aprovada por votação pela plenária por unanimidade. Adriana
146 informa que desdobramento da reunião extraordinária do dia 08/05/18, que acontecerá a reunião com
147 a procuradoria hoje as 14 horas com representantes da comissão de fundo, OAB, entidades, Ministério
148 Público. b) Comissão de Cadastro: a) Ensino social profissionalizante-ESPRO : solicitou a inclusão do
149 curso de aprendizagem em qualidade em serviços administrativos. Parecer da comissão favorável e
150 plenária aprovou por unanimidade. B) Centro Ouro Branco de Assistência ao menor: solicitou a
151 atualização do registro a comissão irá realizar visita para elaboração de parecer. c) Centro de
152 integração empresa-escola do Paraná- CIEE-PR no qual solicitou a atualização do registro e
153 autenticação de cursos profissionalizantes, também será realizado visita pela comissão para a
154 elaboração do parecer. d) Associação Guarda Mirim de Londrina, solicita a atualização de registro
155 referente a aprendizagem profissional e o parecer da comissão é favorável a atualização. E foi aprovada
156 por unanimidade pela plenária. **5.Informes:** a) Encaminhamentos para o Evento alusivo ao dia 18 de
157 maio – Calçadão; Luis relata que Colégio Vicente Rijo disponibilizou a área coberta em caso de chuva,
158 sendo o evento todo será realizado neste espaço. Caso não tenha chuva, será no calçadão e que temos
159 até a data de hoje para a resposta do CMTU quanto a liberação dos educandos uniformizados
160 atendidos pela rede socioassistenciais. Magali relata a importância de frisar o contato com CMTU para
161 o acesso dos adolescentes. E quanto às demais logísticas estão em processo e será enviado para toda
162 rede o cronograma das atividades e materiais de divulgação e para mídia. B) Relato Seminário Regional
163 de Combate à Violência Contra Crianças e Adolescentes 04/05 e Lei 13.431/2017; Josiane informa sobre
164 seminário, que trouxe a discussão da lei do depoimento sem dano. E que não apresentou um fluxo
165 neste evento e que atualmente esse agendamento é pouco complicado e necessidade de mais salas
166 especiais para a escuta sem dano, e que rede indicou que não tem recebido notificações pela rede
167 estadual e que será preciso o CMDCA fazer uma discussão para melhorar esse fluxo. E da necessidade
168 de articular as políticas públicas e o Poder judiciário todas deveriam fazer, mas que o entendimento de
169 toda rede de atendimento é que compete ao judiciário essa escuta sem dano. c) Convite evento dia
170 18/05 – Referente à Lei 13.431/2017 – Escuta Especializada e Depoimento Especial; Josiane relata que o
171 GIACA e GT combate a situações de violência com demais políticas públicas farão este evento para
172 aprofundar essas questões para a rede de serviços principalmente para proteção de social básica. Com
173 a fala destes grupos e com presença de uma servidora que tem olhar sobre o trabalho com famílias.
174 Acontecerá na Câmara Municipal das 08:30 as 12:30 hrs. Nádia relata a importância de os profissionais
175 participarem e que sempre são os mesmos profissionais que participam destas capacitações e a
176 necessidade de estratégias para participações dos demais serviços. Conselheira Mariana reforça que
177 CMDCA deve enviar o convite para as entidades. d) Relato Evento do TCE: A conselheira de direito Ana
178 Maria informa sobre o evento da importância do controle social realizado pelo CMDCA junto as ações
179 realizadas pelas entidades e poder público e que nosso papel enquanto conselheiros é muito
180 importante. e) Relato do Fórum dos Conselhos: A conselheira Ana Maria informa sua participação
181 como representante do CMDCA e que foi um dialogo bem difícil com o representante do conselho de
182 educação que questionou as resoluções do CMDCA e que gerou debates no grupo e por isso ressalta a
183 importância da consolidação deste fórum de conselhos e que a próxima reunião será 06/06/18 às 16
184 horas no auditório da Prefeitura municipal. f) Comissão interinstitucional tem se reunido com foco na
185 crianças e adolescentes em situação de rua e estão realizando levantamento de todas situações para a

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

186 elaboração do fluxo de atendimento. Nádia Moura questiona Josiane sobre o fluxo existente. Josiane
187 relata que foi unificado as comissões e políticas públicas para a criação deste fluxo em conjunto. Nadia
188 questiona se não poderíamos fazer reunião ampliada com todos os serviços e que preciso superar as
189 questões existentes, inclusive com necessidade de realização de uma ação da Justiça restaurativa
190 proposto pelo Ministério Público para tirar as arestas existentes entre os envolvidos. Josiane relata que
191 fluxo hoje tem como foco a responsabilização dos pais. Nadia relata que tem 05 adolescentes com
192 práticas nas ruas de Londrina há 03 anos, que estes adolescentes estão em situação de risco e que não
193 existe nada de efetivamente realizado pela rede de serviços. O conselheiro Claudio, da Guarda Mirim
194 realizou no ano passado um trabalho junto com a gerência de criança da gestão anterior, por meio de
195 uma ação custeada pela entidade com esses adolescentes e com as famílias dentro do território com
196 bons resultados e grupo de pessoas desenvolvendo ações muito boas, e da necessidade de reativação
197 deste projeto no território, um projeto de vanguarda e que deve ser encaminhado para SMAS dar
198 continuidade. A Conselheira Tutelar Mariana, relata que isto está acontecendo no mundo todo à falta
199 de ações das políticas públicas. Josiane aponta que serviços da abordagem social relatam a dificuldade
200 de manutenção nas escolas municipais, estaduais, de articulação das políticas públicas e com relação
201 aos SCFV e Aprendizagem. A construção deste fluxo é de responsabilidade de todos. A Conselheira
202 Tutelar Mariana aponta que foi chamada pelo comissário de menor na exposição e que teve que
203 conduzir um adolescente que estava vendendo chiclete para o bairro cristal e que muitas pessoas
204 davam dinheiro sem comprar produtos, sendo necessário fazer campanhas de conscientização. O
205 conselheiro de direito Fábio retoma que é necessário ser pautado em reunião do CMDCA. g) Situação
206 da educação infantil do P4: A conselheira de direito Adriana solicita informações sobre o projeto
207 aprovado no CMAS com recurso do IGD Bola Família. Secretaria Nádia aponta que é um projeto
208 intersectorial com as políticas de: educação, saúde, esporte, cultura, assistência social e que o projeto
209 será encaminhado para o Conselho a nova proposta, no qual o projeto atenderá 120 crianças de
210 famílias beneficiárias do Bolsa família nos espaços disponíveis na comunidade em 4 regiões da cidade
211 com trinta crianças em cada região e que este recursos deliberado no CMAS é para o pagamento de
212 estagiários de pedagogia. A conselheira tutelar Juliana relata que tem que apresentar a metodologia
213 de trabalho. h) Situação do Provopar: Nádia informa a este Conselho, quanto a dificuldade de repasses
214 para Entidade. No início deste ano para cumprimento da legislação foi realizado a municipalização do
215 CRAS e transferência de renda e permaneceram com PROVOPAR, os serviços de Economia Solidária e
216 SFCV com repasse de respectivamente 44 mil e 327 mil reais. E que foi realizado o primeiro TAC –
217 Termo de Ajustamento de Conduta, cujo prazo terminou no final de Janeiro de 2018. E que os cinco
218 convênios anteriores apresentaram pendências e que não foram sanadas com valor de 900 mil reais,
219 que não foram apresentados os comprovantes. E que realizado um novo Termo de Ajuste de Conduta
220 que terminou em 30/04/18 e que não permite o repasse dos recursos dos termos de colaboração em
221 vigência. E o CMAS solicitou para a SMAS um plano de providência e que a SMAS aguarda o parecer do
222 Ministério Público. O conselheiro de direito Claudio pergunta se esta ação seria uma intervenção do
223 serviço. E são necessárias novas parcerias. Josiane relata que não a Entidade não conseguirá receber
224 recursos sem as certidões exigidas. Luis relata que muitas instituições sem recurso da administração
225 pública não conseguem autonomia financeira. Josiane faz resgate que governo fez parceria com
226 PROVOPAR e que atribuiu serviços. Luis relata que PROVOPAR tem suas especificidades que precisam
227 ser levadas em consideração. E que CMDCA deve receber uma cópia o plano de providencia realizado
228 pela SMAS. Nada mais a acrescentar, eu, Ana Maria do Nascimento, lavrei a presente ata.